

A coragem de fazer diferente

No passado domingo, dia 30 de janeiro, o Bloco de Esquerda teve o seu pior resultado eleitoral nas Legislativas dos últimos vinte anos. Enquanto militantes, consideramos que este é o momento adequado para uma reflexão mais aprofundada sobre o caminho até aqui seguido, bem como para começar a definir um plano concreto de ação para os anos difíceis que se avizinham.

As razões que explicam a maioria absoluta do PS e a queda abrupta da representação do Bloco no parlamento são múltiplas: o apelo ao voto útil no PS num contexto em que as sondagens apontavam como possível um regresso da direita ao poder e a manipulação política de António Costa sobre o chumbo do orçamento são certamente dois dos motivos essenciais, mas não explicam tudo. Chegados aqui, após mais de seis anos do início da geringonça, é preciso refletir sobre o papel que o Bloco teve nela e sobre os impactos dela no Bloco e nas lutas da esquerda – desligar os resultados eleitorais desta experiência é fugir a um debate que tem de ser central. De pouco vale a procura incessante por bodes expiatórios, a troca de acusações internas ou as justificações tardias disfarçadas de autocrítica. O que é realmente necessário é saber acordar e recuperar de uma ressaca que poderá ser longa.

Ao longo dos últimos anos, criticámos a forma como foram feitas as negociações com o PS por parte do Bloco e do PCP e a existência da geringonça nestes termos. Não procuramos dar lições a quem quer que seja, mas apontar para uma estratégia futura que pode estar finalmente livre destes amarras dos acordos parlamentares e de um reformismo cada vez mais irrealista perante a destruição acelerada dos ecossistemas. Esta é a oportunidade do Bloco se voltar a afirmar como força de esquerda radical na forma de partido-movimento, de ensaiar novas maneiras de fazer política e de o geringoncismo ser finalmente colocado na mesma gaveta onde o PS enterrou o socialismo. Neste contexto, um passo importante é iniciar desde já um diálogo descomplexado com os partidos à esquerda do PS – contrariando, por exemplo, a prática de negociações do PCP e do Bloco com o PS e de ausência de comunicação entre si – para discutir um potencial aprofundamento de convergência na ação: sem pressa, mas sem perder tempo, no sentido de explorar a possibilidade de entendimentos nas lutas sociais e políticas com base em propostas comuns.

Assim, consideramos que apenas uma participação massiva das bases do Bloco no debate da Conferência de abril próximo pode abrir espaço para uma mudança efetiva da orientação estratégica que deverá culminar no início do processo de preparação da próxima Convenção. Uma Convenção que não sirva apenas para repetir que foi tudo bem feito mas que tenha a coragem de mudar. Uma Convenção que mude também modos de fazer, altere profundamente os estatutos no sentido de construir uma democracia de alta intensidade.

Precisamos de recentrar o debate nos movimentos sociais, invertendo o atual foco nas instituições estabelecidas. O trabalho parlamentar deve estar ao serviço do progresso das lutas no terreno e do avanço da organização e da politização na base. É preciso um partido que saiba realizar trabalho de fundo, organização de base, diálogo direto com a população, formação, politização e disputa de hegemonia, criando estruturas, relações e dinâmicas nos locais de trabalho, nos bairros, nas escolas...

Precisamos de abandonar a narrativa do Bloco como um “antídoto” para virar o PS mais à esquerda; ao invés disso, devemos bater-nos pela afirmação do nosso partido-movimento enquanto alternativa real ao “centrão”, às políticas neoliberais que condenam o país à miséria, às velhas elites que subsistem no panorama nacional e ao capitalismo enquanto sistema económico e forma de vida.

O Bloco de Esquerda precisa de voltar a encontrar o seu espaço enquanto força decisiva para superar o atual estado da política portuguesa. Nos próximos anos, veremos um crescimento e estabilização de forças reacionárias, nomeadamente encabeçadas pela Iniciativa Liberal e pelo Chega, que atuarão como uma falsa oposição à maioria absoluta de António Costa. Neste cenário, o Bloco precisa de se demarcar do excessivo parlamentarismo, voltando a consolidar-se como o partido que corre por fora, que coloca o movimento social e as várias lutas pela emancipação como foco decisivo de oposição ao governo PS e a tudo o que este representa, que não tem medo de se afirmar anticapitalista.

É preciso um Bloco que não só não espere nada do PS, mas que também não se contente com as migalhas voláteis de alguns votantes dessa área política. É preciso, pois, um Bloco que não tem medo de disputar as maiorias sociais onde elas têm de ser ganhas: nos bairros alvo de políticas problemáticas, junto e com quem sente que a política e a economia lhes falharam redondamente; nos movimentos sociais que se levantam contra a exploração, o racismo, o sexismo ou a homofobia. Um Bloco que não tenha medo de dizer: não somos apenas anti-neoliberais, somos anticapitalistas; não somos apenas anticapitalistas, somos socialistas, ecossocialistas e comunistas – queremos uma sociedade livre e sem amos, onde a destruição social e ambiental possa ser coisa do passado.